

**( X ) Graduação ( ) Pós-Graduação**

**EDUCAÇÃO FINANCEIRA E A FORMAÇÃO DO ADMINISTRADOR: um estudo  
acerca dos cursos de Administração ofertados pelas Universidades Federais brasileiras**

**Pedro da Silva Duda**  
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Pedroduda12@gmail.com

**Georgiana Luna Batinga**  
Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
georgiana@utfpr.edu.br

**RESUMO**

Desde cedo o indivíduo convive com situações ligadas a finanças que no decorrer da vida tornam-se mais constantes. Quando o indivíduo entende o seu poder de compra, ele busca o acesso a bens ou serviços. Entretanto, quando esse consumo perde o controle, surgem empecilhos capazes de tornar o cotidiano do indivíduo repleto de frustrações. Com a restrita discussão sobre o tema Educação Financeira nas instituições de ensino é impossível repassar aos alunos a importância de uma gestão responsável de recursos. Diante disso, o objetivo deste artigo verificar a presença do tema Educação Financeira no processo de formação de futuros Administradores. Para a elaboração desta pesquisa foi empregado o método descritivo e utilizada a análise quantitativa. A pesquisa contribui para que o assunto ganhe notoriedade dentro das UFs e da sociedade, já que a Educação Financeira possui grande relevância na vida dos acadêmicos que irão ingressar no mercado de trabalho. Assim, é necessário que eles saibam controlar suas finanças para garantirem sua qualidade de vida. A pesquisa aponta que o grau de aplicação do tema Educação Financeira nos cursos de Administração é bastante precário, devido à ausência de informações sobre o assunto nas grades curriculares.

**Palavras-chave:** Educação Financeira; Curso de Administração; Universidades Federais.

## 1 INTRODUÇÃO

Desde muito cedo até a sua formação como cidadão, o indivíduo é exposto a uma série de situações ligadas ao tema finanças. Essas situações tornam-se mais corriqueiras quando o indivíduo – agora no papel de consumidor em um âmbito capitalista, entende que está dotado de poder de compra que lhe oferece o acesso a bens materiais ou serviços, que são vistos como sinônimos de bem-estar, qualidade de vida, e em alguns casos, *status*, riqueza e diferenciação. Entretanto, quando perde-se o controle das decisões de consumo, começam a surgir problemas de naturezas diversas, configurando-se como impedimentos capazes de tornar o dia-a-dia desse indivíduo repleto de adversidades e frustrações. Essas circunstâncias podem ser evitadas se o consumidor portasse a ciência de como operar suas finanças e conciliar esse saber com as decisões financeiras que acompanham sua vida cotidiana.

Dito isso, defende-se que o acesso prematuro a Educação Financeira capacita o cidadão a tomar escolhas sensatas e inteligentes, quando considerada a conjuntura de saberes agregados pela temática, visando o ensino do gerenciamento financeiro pessoal e familiar, da melhor maneira possível (LAUREANO et. al., 2019). Abordar o tema Educação Financeira nas escolas é uma estratégia que no futuro capacitará as pessoas no processo de realizações pessoais e coletivas (VERNIZZI et al., 2020). Os jovens necessitam de orientações precisas que os orientem a refletir sobre o dinheiro, e o planejamento financeiro deve ser implementado o quanto antes, para o alcance de uma vida financeira saudável, enxergando o dinheiro como uma ferramenta para um estilo de vida confortável e viável (CERBASI, 2004).

Na educação superior, os estudantes necessitam de um preparo financeiro para iniciar a vida profissional e inserção no mercado de trabalho com maturidade. É importante explicitar que em muitos casos jovens estudantes se deslocam de suas cidades de origem em busca de formação acadêmica superior, se desvinculam da família e se deparam, no decorrer dessas mudanças, com inúmeras situações onde precisam reconhecer e aplicar conhecimentos elementares e fundamentais de Educação Financeira. Dessa forma, com a pouca ou nenhuma

discussão sobre o tema Educação Financeira nas instituições de ensino superior, não é possível repassar aos estudantes a importância de administrar os recursos obtidos durante a vida com responsabilidade. Diante desse contexto, o presente estudo busca entender como o tema Educação Financeira tem sido conduzido na formação de bacharel em Administração oferecidas pelas Universidades Federais brasileiras, por meio da análise das grades curriculares dos cursos oferecidos por essas instituições de ensino, considerando as ementas das disciplinas obrigatórias e eletivas.

Dessa forma, o objetivo desse trabalho é verificar a presença do tema Educação Financeira no processo de formação de futuros Administradores. O tema vem sendo bastante retratado nos meios de comunicação, sobretudo na *internet*, onde diversas informações sobre a situação financeira da população são apresentadas. Os usuários da rede também demonstram que a Educação Financeira é um tema de interesse devido à escassez do conhecimento sobre finanças pessoais em suas vidas.

## **2 REVISÃO DA LITERATURA**

### **2.1 Educação Financeira**

Desde cedo, os indivíduos começam a lidar com uma série de situações ligadas ao dinheiro, e para tirar melhor proveito disso, é importante saber como utilizá-lo da forma mais favorável possível (BACEN, 2013). O entendimento e a prática de educação financeira capacitam os indivíduos a controlarem o seu orçamento pessoal e familiar visando a gestão das finanças pessoais, tornando a condução de sua vida financeira equilibrada, evitando riscos e assumindo limites (BACEN, 2013). Entretanto, mesmo que o assunto esteja em evidência, é notável a pouca adesão e prática de educação financeira. Dessen (2015, p. 16) expõe o seu ponto de vista sobre a precariedade da educação financeira na vida das pessoas:

A maioria das pessoas acham que ganha pouco, que deveria receber mais: o dinheiro frequentemente termina antes do final do mês. Quando o novo salário chega, já está parcialmente comprometido com as contas do mês anterior. [...]. Talvez o problema esteja na falta de controle das despesas. [...] A resistência a planejar e controlar despesas começa pelo fato de que fazer orçamento não só é chato, como deixa claro que não há dinheiro suficiente para fazer tudo o que se quer ou precisa.

O Banco Central do Brasil (BACEN) (2013, p. 12) menciona a indiligência da sociedade para com a educação financeira e aponta a falta de união das esferas sociais em busca de

interesses sobre o tema:

Infelizmente, não faz parte do cotidiano da maioria das pessoas buscar informações que as auxiliem na gestão de suas finanças. Para agravar essa situação, não há uma cultura coletiva, ou seja, uma preocupação da sociedade organizada em torno do tema [...] embora todos lidem diariamente com dinheiro, poucos se dedicam a gerir melhor seus recursos.

Isso pode ser percebido pela quantidade de pessoas que ainda sofrem com a falta de dinheiro ou com a má gestão financeira de seu orçamento, gerando complicações financeiras e até psicológicas, afetando a vida profissional, pessoal, familiar e conjugal (ARAÚJO et al., 2018). Saurin et al., (2017, p. 08) afirmam que “a educação financeira consiste no conhecimento cognitivo para a tomada de decisões econômicas. É buscar uma melhor qualidade de vida tanto hoje quanto no futuro, proporcionando segurança material necessária para aproveitar os prazeres da vida”. De acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), junto a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) definem educação financeira como um

Processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessárias para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar (ENEF, 2017).

Ferreira (2017) enfatiza que a educação financeira trata da competência para fazer escolhas inteligentes relacionadas ao dinheiro, transações financeiras e ao consumo, que te fazem adquirir certo bem-estar e tranquilidade na vida. Nesse sentido, Araújo et al., (2018, p. 03) destacam a finalidade da educação financeira e os benefícios acarretados por ela:

A educação financeira é um dos alicerces para um equilíbrio na vida pessoal e profissional do indivíduo, trazendo para ele consequências positivas como bem-estar, desenvolvimento social e crescimento para si mesmo e para aqueles que fazem parte da sua vida e cotidiano. Isso vai trazer ao indivíduo maturidade, aprender a lidar com a diferença entre o ter e saber o que fazer com aquilo que se tem e dominar a educação financeira é demonstrar domínio de si mesmo e não ser dominado pelo imediatismo e pelas emoções erradas.

De acordo com uma pesquisa realizada pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) (2015) quatro em cada dez consumidores consideram-se desorganizados financeiramente, mas sete em cada dez sentem dificuldade para realizar a organização de suas finanças. Na pesquisa

foram apontados os principais empecilhos para o controle adequado do orçamento pessoal, nessa ordem: a falta de disciplina para registrar os ganhos e gastos com regularidade; lembrar-se dos gastos; falta de tempo; preguiça e não saber como começar. A total falta de controle das despesas pode conduzir as pessoas ao endividamento, superendividamento e a inadimplência, que serão abordados a seguir.

## **2.2 Endividamento, superendividamento e inadimplência**

É comum assumir compromissos financeiros em diversas situações cotidianas, e o termo “endividamento” diz respeito justamente às prestações de qualquer aquisição feita a prazo, bem como às parcelas acordadas em um empréstimo, por exemplo (SPC BRASIL, 2019). O endividamento é um fato inerente à vida atual, em uma sociedade de consumo. Endividados podem ser descritos como aqueles que contraem dívidas e comprometem uma parcela significativa de suas rendas e rendimentos para honrá-las. O endividamento pode ser consequência de diferentes fatores associados com o consumismo exagerado, políticas sociais de transferência de renda, políticas econômicas e também o próprio significado do dinheiro. (UNISALESIANO, 2007).

O descontrole no endividamento pode levar ao superendividamento como o resultado de um processo no qual indivíduos e famílias se encontram em dificuldade para pagar suas dívidas a ponto de isso afetar de maneira relevante e duradoura, seu padrão de vida. De acordo com o Núcleo de Tratamento do Superendividamento do PROCON de São Paulo, o superendividamento tem um peso superior ao normal e dificulta ainda mais a capacidade de o indivíduo em poder honrar seus encargos com sua renda mensal. É um nível perigoso de endividamento.

Uma consequência imediata do superendividamento é a inadimplência do consumidor, que, de acordo com Andrade et al. (2008), ocorre quando o consumidor sofre impactos constantes na sua renda, e esses determinam os limites e restrições orçamentárias do consumidor fazendo com que ele perca o controle de seus gastos, estando propício a ser inadimplente. O BACEN (2013, p. 31) esclarece que “se a dívida virar inadimplência, o indivíduo pode passar a ter o seu nome inscrito em um ou mais cadastros de restrição ao crédito como Serasa ou Serviço Central de Proteção ao Crédito (SCPC) ”.

Brito et al., (2014) destacam a oferta de produtos financeiros que os bancos disponibilizam para a sociedade (empréstimos, investimentos, seguros e crédito) como grandes

geradores de inadimplentes. Essas aplicações podem gerar boas oportunidades para aqueles que possuem uma percepção sobre educação financeira. Por outro lado, os mesmos serviços utilizados de forma descontrolada podem acarretar transtornos à saúde financeira do indivíduo e de sua família, gerando dificuldades no cancelamento da ferramenta contratada a problemas maiores como a inadimplência.

O reflexo da falta de educação financeira de uma população é expresso em seu grau de endividamento. Basicamente, quando não se há um conhecimento sobre finanças pessoais, não é possível ter controle de gastos, o que gera uma taxa absurda de dívidas por família. O endividamento sempre foi uma questão delicada, quando se trata do consumo em excesso, uma vez que poucas pessoas sabem como planejar suas finanças. A maioria, em função das dificuldades, acaba se endividando, por não saberem administrar suas finanças, com isso, influenciando no endividamento pessoal (SILVA et al., 2020). É possível ainda identificar outro fator altamente correlacionado ao endividamento: um comportamento voltado ao consumismo por parte da sociedade. Araújo et. al. (2018, p. 12) relacionam o consumismo a fatores psicológicos:

O consumismo é um fato ligado a carência emocional. Distúrbios psicológicos são a pedra angular do consumismo. O resultado disso é o ciclo de aumentar o trabalho para manter o padrão do consumismo. Isso traz estragos emocionais e psicológicos e que o aumento trabalho não irá resolver o ciclo e só irá aumentar o desgaste emocional e psicológico do indivíduo.

Ferreira (2017) argumenta que a ausência de conhecimento financeiro se transforma em um problema no bem-estar da população, pois os altos índices de endividamento representam desconforto e preocupação, trazendo a possibilidade de afetar a saúde mental dos indivíduos. Em 2017 foi assegurado com o Projeto de Lei (PL) nº7318 que o ensino de educação financeira no Brasil se tornaria obrigatório nas modalidades de ensino fundamental e médio. Para Vernizzi et al., (2020) a educação financeira nas escolas se apresenta como uma estratégia fundamental para ajudar as pessoas a enfrentar seus desafios cotidianos e a realizar seus sonhos individuais e coletivos. Os autores concluem que a inclusão do ensino financeiro no ambiente escolar mobiliza competências que permitem consumir, poupar e investir de forma responsável e consciente, propiciando uma base mais segura para o desenvolvimento do país.

### **2.3 O curso de Administração no Brasil**

De acordo com o Conselho Federal de Administração (CFA) a história dos cursos de Administração no Brasil é muito curta, principalmente se comparada ao histórico dos Estados Unidos. Em 1952, iniciava-se Administração de Empresas no Brasil, enquanto que nos Estados Unidos os primeiros cursos de Administração tiveram início no final do século 19. Serva (1990, p. 10) expressa como se originou a necessidade do ensino de Administração em entidades superiores:

As primeiras escolas superiores de administração no Brasil surgiram como uma das consequências da política desenvolvimentista adotada a partir dos governos de Getúlio Vargas. Uma das condições básicas para a consolidação dessa política era a disponibilidade de pessoal qualificado para gerir eficazmente as organizações públicas e os diversos programas de governo, bem como os empreendimentos privados, os quais deveriam adotar critérios de racionalidade econômica.

A implantação de empresas subsidiárias e filiais norte-americanas impulsionou o processo de implantação da Administração na sociedade brasileira, surgindo então a necessidade de formação de profissionais capacitados para comandarem essas novas organizações (STORCK, 1983). Chiavenato (2021) exprime que a Administração interage com a organização geral, principalmente com a empresa. As organizações e empresas precisam ser administradas com sucesso, e a administração é a ferramenta que constitui vários recursos organizacionais (humanos, materiais, financeiros, informações e tecnologia) para atingir o alto desempenho por meio das habilidades disponíveis e atingir os objetivos exigidos.

O Ministério da Educação (MEC), de acordo com o Parecer CNE/CES nº 438/2020 aprovado em 10 de junho de 2020, promove os conhecimentos fundamentais que devem ser abordados durante a formação de um administrador, além de listar as competências que esse profissional deve desenvolver em sua carreira profissional:

Art. 2º O perfil do egresso do Curso de Graduação em Administração deve expressar um conjunto coerente e integrado de conteúdos (saber), competências (saber fazer), habilidades (saber fazer bem) e atitudes (querer fazer), que inclua as capacidades fundamentais descritas nestas Diretrizes e que seja coerente com o ambiente profissional para o qual o egresso será preparado, seja ele local, regional, nacional ou global.

Parágrafo Único. O conjunto de conteúdo, competências e habilidades que constituem o perfil do egresso deve apresentar um equilíbrio adequado de competências humanas, analíticas e quantitativas.

Art. 3º O Curso de Graduação em Administração deve proporcionar aos seus egressos, ao longo da formação, além dos conhecimentos, ao menos as seguintes competências gerais:

I- Integrar conhecimentos fundamentais ao Administrador - Para além de apenas deter conhecimentos fundamentais, o egresso deve ser capaz de integrá-los para criar ou aprimorar de forma inovadora os modelos de negócios, de operacionais e

organizacionais, para que sejam sustentáveis nas dimensões sociais, ambientais, econômicas e culturais. Entre os conhecimentos fundamentais incluem-se os de Economia, Finanças, Contabilidade, Marketing, Operações e Cadeia de Suprimentos, Comportamento Humano e Organizacional, Ciências Sociais e Humanas e outros que sirvam às especificidades do curso.

II - Abordar problemas e oportunidades de forma sistêmica - Compreender o ambiente, modelar os processos com base em cenários, analisando a inter-relação entre as partes e os impactos ao longo do tempo. Analisar problemas e oportunidades sob diferentes dimensões (humana, social, política, ambiental, legal, ética, econômico-financeira).

III - Analisar e resolver problemas - Formular problemas e/ou oportunidades, utilizando empatia com os usuários das soluções, elaborar hipóteses, analisar evidências disponíveis, diagnosticar causas prováveis e elaborar recomendações de soluções e suas métricas de sucesso passíveis de testes.

IV - Aplicar técnicas analíticas e quantitativas na análise de problemas e oportunidades - Julgar a qualidade da informação, diferenciando informações confiáveis de não confiáveis, e de que forma ela pode ser usada como balizadora na tomada de decisão. Identificar, sumarizar, analisar e interpretar informações qualitativas e/ou quantitativas necessárias para o atingimento de um objetivo inicial. Julgar a relevância de cada informação disponível, diferenciando meras associações de relações causais. Comunicar suas conclusões a partir da construção e análise de gráficos e de medidas descritivas. Identificar os contextos em que técnicas de inferência estatística possam ser utilizadas e, por meio delas, julgar até que ponto os resultados obtidos em uma amostra podem ser extrapolados para uma população.

V - Ter prontidão tecnológica e pensamento computacional - Compreender o potencial das tecnologias e aplicá-las na resolução de problemas e aproveitamento de oportunidades. Formular problemas e suas soluções, de forma que as soluções possam ser efetivamente realizadas por um agente de processamento de informações, envolvendo as etapas de decomposição dos problemas, identificação de padrões, abstração e elaboração de sequência de passos para a resolução.

VI - Gerenciar recursos - Estabelecer objetivos e metas, planejar e priorizar ações, controlar o desempenho, alocar responsabilidades, mobilizar as pessoas para o resultado.

VII - Ter relacionamento interpessoal - Usar de empatia e outros elementos que favoreçam a construção de relacionamentos colaborativos, que facilitem o trabalho em time e a efetiva gestão de conflitos.

VIII - Comunicar-se de forma eficaz - Compartilhar ideias e conceitos de forma efetiva e apropriada à audiência e à situação, usando argumentação suportada por evidências e dados, deixando claro quando suportada apenas por indícios, com a preocupação ética de não usar dados para levar a interpretações equivocadas.

IX - Aprender de forma autônoma - Ser capaz de adquirir novos conhecimentos, desenvolver habilidades e aplicá-las em contextos novos, sem a mediação de professores, tornando-se autônomo no desenvolvimento de novas competências ao longo de sua vida profissional.

§ 1º - Além das competências gerais, devem ser agregadas as competências específicas em acordo com a especificidade do curso.

§ 2º - As competências descritas no caput, assim como as competências específicas, devem ser compreendidas como tendo seu desenvolvimento ao longo do curso, não pela simples exposição a uma disciplina ou componente curricular, requerendo que o estudante pratique a capacidade em ambientes similares ao da futura realidade de atuação e receba feedback construtivo em relação ao seu desempenho (MEC, 2020 p. 04).

Segundo o CFA (2019) a maior responsabilidade do profissional formado em Administração é gerenciar da melhor forma os recursos da empresa. Ao mesmo tempo, deve-se garantir que os objetivos previamente definidos sejam alcançados e em casos de falhas, investigar a causa da falta de sucesso em determinado movimento. Para isso, o Administrador

deve dominar as funções básicas de sua ocupação, que são desenvolvidas em quatro áreas: planejamento, organização, gestão e controle.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Para a elaboração desse estudo, foi empregada uma pesquisa do tipo descritivo, que permitiu esclarecer a suspeita ou o desconhecimento sobre o assunto que está sendo fonte de estudo. “As pesquisas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 1994 p. 28). Além disso, esse mecanismo de estudo permite utilizar métodos formais, que se equiparam aos projetos experimentais, caracterizados pela precisão e controle estatísticos, com o intuito de fornecer dados para a verificação de eventualidades (LAKATOS e MARCONI, 2001). Em relação ao procedimento técnico utilizado na pesquisa, a mesma foi elaborada através do método pesquisa documental, que “consiste num intenso e amplo exame de diversos materiais que ainda não sofreram nenhum trabalho de análise, ou que podem ser reexaminados, buscando-se outras interpretações ou informações complementares, chamados de documentos” (KRIPKA et al., 2015 p. 244).

“A pesquisa documental, bem como outros tipos de pesquisa, propõe-se a produzir novos conhecimentos, criar novas formas de compreender os fenômenos e dar a conhecer a forma como estes têm sido desenvolvidos” (KRIPKA et al., 2015 p. 244). Para fins de abordagem, foi adotada a pesquisa qualitativa, em função de diversos fatores, como a natureza dos dados coletados, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos que nortearam a análise, “pode-se, no entanto, definir esse processo como uma sequência de atividades, que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua interpretação e a redação do relatório” (GIL, 2002 p. 134).

O processo de coleta de dados foi realizado por meio da busca de informações em sites de Universidades Federais que oferecem o curso bacharel em Administração. O objetivo dessa análise foi entender de que modo a instrução em Educação Financeira está inserida em tais instituições de ensino. Para isso, se fez necessário analisar as matrizes curriculares, assim como os ementários das disciplinas obrigatórias e eletivas dos cursos de Administração existentes

nessas universidades. Simultaneamente ao processo de pesquisa foi elaborada uma tabela do software Microsoft Excel, que foi importante para organizar todos os dados, assim como os elementos fundamentais para a conclusão da busca. Os seguintes dados foram coletados: nome de todas as Universidades Federais do país, sigla de identificação das universidades, campus sede das universidades e as unidades federativas que as instituições se localizam.

Por meio do acesso aos sites das Universidades Federais, buscou-se inicialmente identificar aquelas que disponibilizam o bacharel em Administração em sua grade de cursos, e foram considerados apenas os cursos na modalidade presencial, disponíveis nos campi principais das Universidades Federais. Os dados coletados foram organizados e analisados a partir de uma sequência de valores de mesma natureza, possibilitando uma visão global da variação de tais valores, sendo capaz de organizar e descrever os dados das seguintes maneiras: por meio de tabelas, de gráficos e de medidas descritivas (GUEDES et al., 2005).

## **4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS DADOS**

### **4.1 Apresentação e contexto da pesquisa**

O ensino de Educação Financeira tem um papel fundamental na formação de Administradores, pois tal habilidade se reflete diretamente no desempenho e na carreira desses profissionais, que durante o desempenho da função no mercado de trabalho, tendem a passar por situações que exigirão conhecimentos sobre o assunto. A ausência ou a insuficiência de instrução sobre Educação Financeira pode gerar uma ineficiência e até uma deficiência ao Administrador em seu processo de formação e atuação profissional. Ainda como um cidadão, o indivíduo capaz de operar suas finanças colabora não só com sua vida privada, mas também em um âmbito macroeconômico (AMORIM, 2016).

Quando se observa a qualidade da formação de bacharéis em Administração, a partir do contexto do ensino superior público federal, a ausência de disciplinas e/ou tópicos relacionados a educação financeira pode acarretar prejuízos e efeitos negativos nessa formação. A maioria das pessoas, quando adultas, ignoram o tema e fazem a gestão de suas vidas e patrimônio, sem orientação financeira e sem competência para administrar o dinheiro. As consequências se firmam de modo que, ninguém, seja qual for o seu cargo profissional, está livre de adversidades ligadas ao mundo das finanças (MARTINS, 2004). A afirmação de que o tema Educação Financeira tem sua importância na formação do indivíduo ainda como cidadão, está expressa

no Projeto de Lei (PL) 7318/2017, responsável por alterar os artigos 26, 32 e 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, visando a inclusão da disciplina “Educação Financeira” nas escolas que oferecem ensino fundamental e médio. Trechos mais importantes do PL foram retratados a seguir.

Art. 2º. Os artigos 26, 32 e 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art.26 (...)

§ 11 Os currículos do ensino fundamental e médio devem abranger, obrigatoriamente, a matéria ‘Educação Financeira’.

§ 12 A disciplina prevista no § 11 deverá ser ministrada obrigatoriamente por profissional de contabilidade com inscrição principal ou suplementar ativa no Conselho Regional de Contabilidade do Estado onde está localizada a escola, podendo inclusive, ser ministrada por técnicos em contabilidade, desde de que tenham mais de 5 anos de inscrição ativa no conselho profissional, com comprovada prática profissional na função.

Art.32 (...)

V – A compreensão dos princípios básicos de economia por meio da ‘Educação Financeira’.

Art.36 (...)

VI – Será incluída a ‘Educação Financeira’ como instrumento de compreensão dos princípios básicos de economia (BRASIL, 2017)

A justificativa para a implementação da disciplina de “Educação Financeira” ainda nos centros de educação básica e média vem da premissa de que os futuros cidadãos, ao adotar uma postura proativa e positiva em suas finanças pessoais e/ou familiares poderão influenciar no crescimento econômico do país, e para isso é necessário que os mesmos sejam bem instruídos de forma que possam futuramente contribuir com o desenvolvimento financeiro da nação. Munido do entendimento sobre finanças, o cidadão evitará situações que comprometam sua saúde financeira de forma a garantir o planejamento de seu futuro de maneira responsável. Vale ressaltar que as instituições de ensino superior não estão inseridas ao Projeto de Lei, que garante o ensino de Educação Financeira, o que levanta o questionamento sobre a ausência da temática em instituições de ensino superior direcionadas a formar o profissional diretamente para o mercado de trabalho.

#### **4.2 Um panorama do ensino de Administração nas Universidades Federais brasileiras**

O sistema de Ensino Superior Federal brasileiro é composto por 69 Universidades Federais distribuídas em todo o território nacional (Figura 1), e os Institutos Federais de Educação, que oferecem além de cursos de graduação e pós-graduação, educação básica e profissionalizante. As Universidades Federais (UFs) fazem parte do interesse da maioria da

população que busca qualificação para a inserção de qualidade no mercado de trabalho. A grande concorrência por vagas nessas instituições de ensino pode ser justificada pelos seguintes aspectos: ensino oferecido de forma gratuita, de alta qualidade, elevada formação acadêmica dos representantes do corpo docente e valorização do diploma no mercado de trabalho (MEC, 2021).

A região Nordeste é a que possui maior número de UFs, quando comparada ao restante das regiões do país, totalizando 20 instituições de ensino superior. Em seguida vem a região Sudeste que conta com 19 UFs, as regiões Norte e Sul, que possuem 11 UFs cada, e a região Centro-Oeste que possui 8 UFs, conforme relatado no Quadro 1.

**Quadro 1 – Quantidade de Universidades Federais por região**

<b>Região</b>	<b>Quantidade de Universidades Federais (campus principais)</b>
Nordeste	20
Sudeste	19
Norte	11
Sul	11
Centro-Oeste	8

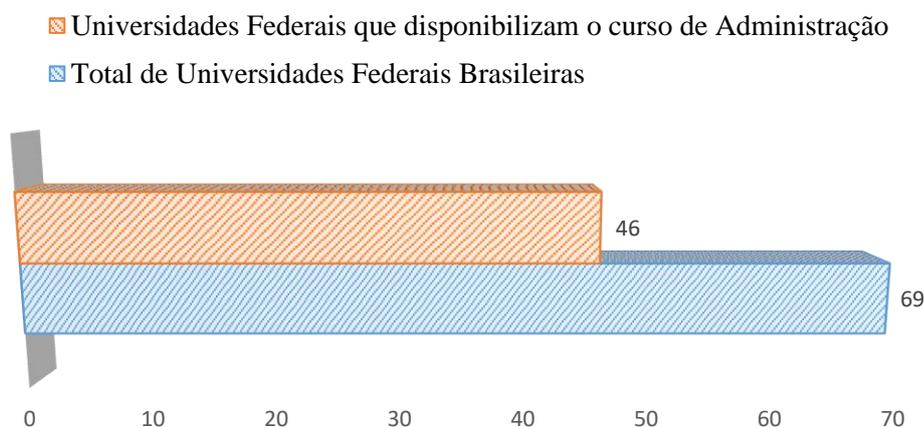
Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Tendo em vista a formação como administrador, a Fundação Unigranrio afirma, com base nos dados do portal Guia do Estudante que a graduação em Administração é a segunda a ter a maior quantidade de alunos matriculados no ano de 2019, ficando atrás apenas do curso de Direito. Essa atração por conta dos estudantes pode ser explicada, dentre outros, pelo fato do curso de Administração possuir em seu escopo um conjunto de disciplinas regulares com característica abrangente, que discute várias temáticas igualmente importantes.

Tais temáticas são distribuídas nos núcleos disciplinares de Finanças, Marketing, Gestão de Pessoas, Economia, Humanidades. Além disso, o mercado de trabalho oferece inúmeras oportunidades para aqueles que são formados em Administração, proporcionando a participação desses profissionais tanto em empresas públicas, quanto privadas, ocupando cargos em áreas do Marketing, Recursos Humanos, Gestão de Pessoas, Controladoria e Finanças, Logística e outros, desde que o profissional esteja inteiramente capacitado para exercer funções que exijam os conhecimentos necessários. As UFs possuem uma larga extensão e abrangência de localidades no território brasileiro. Todos os estados do país detêm pelo menos um campus universitário em sua área de extensão. Como pode ser visto na Figura 1, das 69 instituições

UFs, 46 delas oferecem o curso bacharel em Administração. A graduação em Administração Pública e cursos ministrados à distância não foram considerados na pesquisa.

**Figura 01 – UFs brasileiras que possuem o curso de Administração**



Fonte: Elaborado pelo autor (2021).

Esse fracionamento possibilitou uma extensa pesquisa em todas as disciplinas ofertadas nos 46 cursos oferecidos, tanto nas obrigatórias, como nas eletivas, buscando identificar a inserção do ensino de Educação Financeira, tanto em forma de disciplina, como na forma de tema, inserida na ementa de outras disciplinas, nos conteúdos ministrados nos cursos de graduação. A busca foi realizada nos sites das UFs, e os principais termos considerados para a busca foram: “Educação Financeira”, “Alfabetização Financeira”, “Gestão Financeira” e “Finanças Pessoais”. Todas as ementas das disciplinas pertencentes aos núcleos de Marketing, Finanças, Contabilidade e Economia foram analisadas a fim de encontrar alguma correlação com o tema Educação Financeira.

Os resultados apontaram que, das 46 grades curriculares dos cursos de Administração que foram analisadas, apenas uma grade curricular apresentou uma matéria exclusivamente voltada para Educação Financeira. A disciplina oferecida pela Universidade Federal do Oeste da Bahia, é intitulada como “Finanças Pessoais” e é ofertada de maneira *optativa*. A Universidade Federal de Itajubá oferece duas disciplinas que abordam o tema “Finanças Pessoais” em seus ementários, que são as disciplinas: “Finanças-Conceitos e Aplicações” e

“Finanças Comportamentais”, sendo a primeira oferecida de forma obrigatória e a segunda de forma optativa. As demais ementas das Universidades Federais investigadas não apresentaram de forma explícita, qualquer indício de abordagem do tema Educação Financeira em suas estruturas curriculares, considerando os critérios de análise definidos para essa pesquisa.

Diante dos resultados apresentados, nota-se que a temática Educação Financeira não está inserida, de forma transparente, nas ementas das disciplinas dos cursos de Administração oferecidos pelas Universidades Federais brasileiras. Entretanto, existe a possibilidade de o tema ser abordado durante o processo de formação do indivíduo como Administrador por meio de disciplinas identificadas como “Tópicos Especiais” ou ainda dentro de disciplinas que compõem os núcleos diretamente relacionados ao tema Educação Financeira, como Finanças e Contabilidade, nesse caso, considerando a possibilidade do professor que conduz a disciplina fazer uso dessa prerrogativa.

## **5 CONCLUSÃO**

Considerando a importância da presença prematura de conhecimentos relacionados a Educação Financeira, na vida de indivíduos, de maneira que os auxilie na tomada de decisões maduras, atreladas ao consumo consciente e a outros fatores positivos, colaboram para a obtenção de bem-estar e qualidade de vida, mantendo a saúde financeira pessoal, familiar e profissional equilibradas. Ferreira (2017) enfatiza que a educação financeira trata da competência para fazer escolhas inteligentes relacionadas ao dinheiro, transações financeiras e ao consumo, que te fazem adquirir certo bem-estar e tranquilidade na vida. O caminho para alcançar o êxito na vida financeira é a apropriação desse conhecimento, aliado à sua prática, considerando que a temática deveria ser abordada nos centros de ensino, garantindo que desde o início de seus estudos, os indivíduos tenham contato com o tema, para aplica-lo em suas vidas no futuro.

Diante disso, esse trabalho teve como objetivo verificar a presença do tema Educação Financeira no processo de formação de futuros Administradores. Os principais achados da pesquisa apontam que o lugar e a forma que o tema Educação Financeira tem sido tratado nos cursos de Administração oferecidos pelas UFs parece bastante precário, visto que não foram observadas uma quantidade considerável de disciplinas que considerassem o tema, e nem a presença do assunto foi verificada nas ementas das demais disciplinas oferecidas nas grades curriculares. Vale mencionar que grande parte das disciplinas do núcleo de Finanças são

inteiramente voltadas para a área empresarial, de modo que, para aplicar os ensinamentos dessas disciplinas na vida financeira dos indivíduos, seria necessário promover adaptações e ajustes para que pudessem alcançar os objetivos propostos.

Identificou-se como limitações dessa pesquisa, a possibilidade de os sites estarem desatualizados, considerando esse período de pandemia, que se estende desde o início do ano passado, ou ainda que essas informações não tenham sido disponibilizadas integralmente nos espaços dedicados a apresentação do curso de Administração. Uma possibilidade de verificar a autenticidade dessas informações foi considerada inicialmente pelos autores, mas foi rapidamente descartada, pois não teria tempo suficiente para checar esses dados com os coordenadores dos cursos de administração das 46 UFs.

Como sugestão para condução de estudos futuros, seria importante verificar o nível de conhecimento em educação financeira dos acadêmicos, por meio da aplicação de um formulário com perguntas voltadas ao conhecimento e prática de Educação Financeira por parte dos estudantes de administração das UFs. Outras pesquisas podem considerar também, a utilização da proposta utilizada neste trabalho, aplicada a instituições de ensino superior privadas que ofertam o curso de Administração, e após isso, realizar um comparativo com os resultados coletados nas UFs. Outra sugestão é ampliar a coleta de dados, aplicando um formulário que questione aos correspondentes sua situação financeira, assim como métodos utilizados para guardar dinheiro, planejar o futuro e não acumular dívidas.

Em termos de contribuição, essa pesquisa levanta possibilidades de abrir um debate sobre o tema, para que ganhe notoriedade dentro das UFs, dos Conselhos Regionais de Administração, e por parte da sociedade em geral, já que a Educação Financeira possui lugar de relevância na vida de acadêmicos que futuramente devem ingressar no mercado de trabalho em busca de remuneração pelos serviços que irão prestar. Sendo necessário que eles saibam conduzir suas finanças com intuito de garantirem o seu bem-estar e qualidade de vida.

## **REFERÊNCIAS**

AMORIM, E.R. **Quem forma ADMINISTRADORES?** Evidências da formação coletiva do Administrador a partir das Finanças Pessoais. 2016. 49 pg. Administração - Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2016.

ANDRADE, S. F. C.; RIUL, P. H.; OLIVEIRA, M. S.; CAVALCANTI, M. F. E. A inadimplência nas instituições particulares de ensino na cidade de Franca. **Revista FACEF: Pesquisa, Desenvolvimento e Gestão**, Franca, v.11, n.1, 2008.

ARAÚJO, B.; FRANCISCO, M.; PADILHA, F.; MECCHI, R. Educação Financeira. **Revista Científica Unilago**, São José do Rio Preto, v. 1, n.1, set. 2018. Disponível em: <<http://revistas.unilago.edu.br/index.php/revista-cientifica/issue/view/19>>. Acesso em 17 mar. 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de Educação Financeira: Gestão de Finanças Pessoais (Conteúdo Básico)**. 2013. Disponível em: <[https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos\\_cidadania/Cuidando\\_do\\_seu\\_dinheiro\\_Gestao\\_de\\_Financas\\_Pessoais/caderno\\_cidadania\\_financeira.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/Cuidando_do_seu_dinheiro_Gestao_de_Financas_Pessoais/caderno_cidadania_financeira.pdf)> Acesso em 24 mar 2021.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de Educação Financeira: Gestão de Finanças Pessoais (Conteúdo Básico)**. 2013. Disponível em: <[https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos\\_cidadania/Cuidando\\_do\\_seu\\_dinheiro\\_Gestao\\_de\\_Financas\\_Pessoais/caderno\\_cidadania\\_financeira.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/Cuidando_do_seu_dinheiro_Gestao_de_Financas_Pessoais/caderno_cidadania_financeira.pdf)> Acesso em 24 mar 2021.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 7318/2017**. Altera os artigos 26, 32 e 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir a disciplina "Educação Financeira" na matriz curricular nacional no ensino fundamental e médio. Brasília: Câmara dos Deputados, 2017. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2128440>>. Acesso em 20 abr. 2021.

BRITO, L.S; BAPTISTA, J.A.; Da SILVA, S. R.; BRAZ, S.; HENRIQUE, M.R. A importância da educação financeira nos contextos acadêmico e profissional: um levantamento de dados com alunos universitários. In: **Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, 2014. Disponível em: <<https://www.aedb.br/seget/artigos2012.php?pag=139>>. Acesso em 26 mar. 2021.

CERBASI, Gustavo. **Casais Inteligentes Enriquecem juntos**. Gustavo Petrasunas Cerbasi. São Paulo: Editora Gente, 2004.

CFA. **História da profissão**. 2018. Disponível em: <https://cfa.org.br/administracao-administracao/administracao-historia-da-profissao/>. Acesso em: 14 abr. 2021.

CFA. **O que um administrador administra?** 2019. Disponível em: <<https://cfa.org.br/o-que-o-administrador-administra/>>. Acesso em: 14 abr. 2021.

CHIAVENATO, I. **Fundamentos de Administração**. São Paulo: Grupo GEN, 2021. 313 p.

DESSEN, M. **FINANÇAS PESSOAIS: o que fazer com meu dinheiro**. 1.ed. São Paulo: Trevisan, 2015. 272 p. Disponível em: <<http://periodicos.unifacel.com.br/index.php/facefpesquisa/issue/view/17/showToc>>. Acesso em 25 mar. 2021.

ENEF. **No Brasil**. 2017. Disponível em: <<https://www.vidaedinheiro.gov.br/educacao-financeira-no-brasil/>>. Acesso em 18 mar. 2021.

FERREIRA, J. C. A importância da educação financeira pessoal para a qualidade de vida. **Caderno de Administração: Revista da Faculdade de Administração da FEA**, São Paulo,

v. 11, n. 1, p. 1-17, dez. 2017.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUEDES, T. A.; MARTINS, A. B. T.; ACORSI, C. R. L.; JANEIRO, V. **Estatística Descritiva**. 2005. Disponível em:  
<[https://www.ime.usp.br/~rvicente/Guedes\\_etal\\_Estatistica\\_Descritiva.pdf](https://www.ime.usp.br/~rvicente/Guedes_etal_Estatistica_Descritiva.pdf)> Acesso em 26 mar. 2021.

KRIPKA, R. M. L.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. L. **Pesquisa Documental**: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa. Atas – Investigação Qualitativa na Educação, Porto Alegre, v.2, p.243-247. jul. 2015.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos da Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 5ª Ed., 2003.

LAUREANO, A. I. R.; MENDES, D. P.; MATTOS, H. S. **Educação Financeira**: Um estudo com os discentes do curso de Administração de uma Instituição de Ensino Superior. Revista Expressão Católica, Quixadá, vol. 08, n. 02, 2019, pp. 79-91, jun/dez. 2019.

MARTINS, J. P. **Educação financeira ao alcance de todos**. São Paulo: Fundamentos, 2004.

SAURIN, V., SAURIN, C., SAURIN, L.F. **Educação Financeira e Finanças Pessoais**. 1.ed. 2020. 130 p.

SERVA, M. Contribuições para uma teoria organizacional brasileira. **Revista De Administração Pública**, v.24, n.2, p. 10-21. jun. 1990. Disponível em:  
<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/9047>>. Acesso em: 14 abr. 2021.

SILVA, A. C.; De SOUZA, I.C.; BUENO, M. P.; De ALMEIDA, A.L.; SILVA, H.R. Qualidade de vida e endividamento. **Desafio Online**, Campo Grande, v.8, n.2. ago. 2020. Disponível em:  
< <https://periodicos.ufms.br/index.php/deson/article/view/9473> >. Acesso em: 17 mar. 2021.

SPC BRASIL. **Pesquisa Educação Financeira**. 2015. Disponível em:  
<[https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st\\_imprensa/analise\\_educacao\\_financeira\\_2015.pdf](https://www.spcbrasil.org.br/uploads/st_imprensa/analise_educacao_financeira_2015.pdf)>. Acesso em: 26 mar. 2021.

SPC BRASIL. **Uso do Cartão de Crédito**. 2019. Disponível em:  
<[www.spcbrasil.org.br/wpimprensa/wp-content/uploads/2019/07/analise\\_uso\\_credito\\_cartao\\_julho\\_2019.pdf](http://www.spcbrasil.org.br/wpimprensa/wp-content/uploads/2019/07/analise_uso_credito_cartao_julho_2019.pdf)>. Acesso em 26 mar. 2021.

STORCK, V. S. Notas para a história da administração brasileira: origens e desenvolvimento. **Revista de Administração de Empresas**, v. 23, n. 3, p. 57-62. jul/set.1983. Disponível em:  
<<https://rae.fgv.br/rae/vol23-num3-1983/notas-para-historia-administracao-brasileira-origens-desenvolvimento>>. Acesso em: 14 abr. 2021.

UNISALESIANO. **ENDIVIDAMENTO**: Um Estudo Preliminar Dos Fatores Contribuintes. In: I Encontro Científico e I simpósio de Educação Unisaesiano, 2007. **Anais [...]**. 2007. Disponível em:

<<http://www.unisalesiano.edu.br/encontro2007/trabalho/aceitos/CC29390837898.pdf>>.  
Acesso em 25 mar. 2021.

VERNIZZI, M. A. Z.; ALVES, C. P.; SANTANA, R.J. A importância da educação financeira na educação básica para uma gestão financeira consciente. In: I Encontro das Licenciaturas em Matemática do IFBA, 2020. **Anais** [...]. 2020. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/348050120>>. Acesso em: 22 mar. 2021.